



A. Estado, Poderes e Sociedade

B. Estruturas Produtivas, Trabalho e Profissões

C. Educação e Desenvolvimento

D. Território, Ambiente e Dinâmicas Regionais e Locais

E. Cultura, Comunicação e Transformação dos Saberes

F. Família, Género e Afectos

G. Teorias, Modelos e Metodologias

Sessões Plenárias

Renunciar à Escola:

o abandono escolar na escolaridade obrigatória

João Sebastião,^[1] Teresa Seabra^[2]

Apresentam-se os resultados de uma pesquisa sobre o abandono escolar no 2º ciclo da escolaridade obrigatória que se tem vindo a realizar ao longo dos últimos três anos no concelho da Azambuja.^[3]

O objectivo central é analisar a forma como os processos de abandono escolar se desencadeiam e são vividos a nível local, procurando “desenrolar” a trama de relações e incompreensões que se estabelece entre os universos sociais e culturais de professores, jovens, famílias e restante comunidade.

Visitar as escolas do 2º Ciclo do concelho da Azambuja significa fazer uma viagem por vários e diferentes universos. Ao entrarmos pela parte sul do concelho deparamos com a escola da Azambuja, um edifício integrado em pleno centro da sede do concelho, bem colocada relativamente aos acessos e meios de transporte. Contudo, quando se começa a caminhar para norte em direcção à escola de Aveiras de Cima e Manique do Intendente, a situação modifica-se quase de forma radical. As escolas situam-se fora das localidades, as acessibilidades são bastante mais difíceis e demoradas. A própria paisagem física e humana muda, da lezíria e zona industrial para um espaço fundamentalmente rural de pequena e média propriedade com povoamento disperso. Encontramos, a sul, o emprego industrial e rural nas grandes propriedades e a cada vez maior fuga diária para a capital e, a norte, a precariedade do emprego rural.

É para este contexto físico e humano que todos os anos é enviado um grupo sempre renovado de docentes para tentar demonstrar às populações jovens as maravilhas e benefícios da escolaridade e do saber letrado, bens abstractamente definidos como universais e desejáveis. As fugas constituem, nesta perspectiva, desvios que importa detectar e anular, porque representam uma resistência quase “irracional” a um dos instrumentos centrais do progresso civilizacional.

Após uma primeira abordagem das escolas, o fenómeno parecia ter uma expressão mínima (um a dois casos por escola, segundo os Conselhos Directivos). Consultadas as pautas dos alunos foram detectados 25 casos confirmados de abandono escolar (entre outros que assumiam contornos diferenciados). *Esta é uma primeira conclusão:* o abandono é invisível, mesmo dentro do próprio estabelecimento escolar seja por ocultação seja por real desconhecimento. Desses 25 jovens:

- a quase totalidade repetiu 1 ou 2 anos no 1º ciclo
- a maioria repetiu o 5º ano (por excesso de faltas)
- 10 nunca completaram o 5º ano

Actualmente ocupam-se a ajudar os familiares nas tarefas quotidianas e/ou em actividades profissionais pouco qualificadas.

De acordo com os depoimentos das famílias os jovens abandonaram a escola por decisão própria, embora com algum assentimento tácito pela sua parte, confrontadas que foram com o veredicto escolar. Constituíam excepção cinco casos, tendo três das famílias evocado o facto de os filhos andarem em más companhias e duas as dificuldades económicas. *Para jovens e famílias o desinteresse pela escola e o insucesso escolar* terão sido o maior suporte desta decisão. Em algumas situações a decisão latente de abandono, manifestada pelo desinteresse face à escola e às aprendizagens é despoletada por um incidente pontual, seja com um professor, uma funcionária ou um colega.

Do conjunto de entrevistas realizadas, numa 1ª fase do estudo, a estas famílias, jovens, autarcas e, numa 2ª fase, a alguns dos professores evidenciaram-se um conjunto de *desencontros* de carácter material, simbólico, relacional e institucional que contribuem para o não cumprimento

da escolaridade obrigatória:

1º Desencontro:

Entre a função socialmente cometida à Escola e as representações que as famílias dela possuem:

— *Muitas destas famílias tiveram experiências negativas na escola, existindo muitas histórias de má convivência com a escolaridade. A sobrevivência foi assegurada sem o recurso às competências aí desenvolvidas, razão pela qual desvalorizam as qualificações escolares.*

— *A posse de um capital cultural reduzido, que seja escolarmente mobilizável, impede um relacionamento informado com as exigências da instituição, não mais lhes restando que a expectativa e aceitação do veredicto escolar.*

— *As famílias e os jovens não lamentam ter abandonado a escola, os seus projectos de vida centram-se na preocupação em arranjar trabalho não assumindo a escola qualquer papel significativo na estruturação desses projectos.*

2º Desencontro:

Entre os modelos, saberes e práticas culturais promovidas pela escola e os existentes localmente.

— *A escola ignora e desvaloriza o contexto sociocultural local. Existe um conjunto alargado de representações negativas do meio partilhadas pelos professores. Caracterizam o contexto sociocultural como sendo marcado pelo vazio cultural e pela predominância de situações sociais entendidas como anómicas e desviantes — falta de apoio educativo das famílias aos jovens, desestruturação das famílias (divórcio, alcoolismo, etc.).*

Um dos principais problemas do concelho é a desagregação familiar e ligado a este o problema de os problemas serem resolvidos através de violência... (Prof. 6)

Neste meio envolvente os miúdos são quase todos filhos de pais divorciados ou de pais que são alcoólicos, de mães que... enfim, os abandonaram de pequeninos. (Prof. 4)

Fora da escola aqui não há mais nada, aqui não há nada, nem aqui nem nos arredores. (Prof. 1)

Estas representações possuem um papel muito importante no alheamento da escola pelo universo dos alunos, porque delas se infere a impossibilidade de colaboração ou de aí encontrar algo de positivo em termos educativos — domina a ideia de que as famílias e jovens não se interessam nem se esforçam em obter sucesso escolar. Por sua vez, as famílias falam do esforço inglório em acompanhar os trabalhos de casa e saber se os filhos, quando em horário escolar, se encontram efectivamente nas aulas.

Em casa tentávamos ensiná-lo mas sem resultado... (Pai 6)

Saía como se fosse para lá... mas afinal não ia... (Pai 4)

— *Existe uma clara ruptura entre os saberes práticos predominantes nos meios rurais e a cultura escolar/científica.*

A escola baseia os seus processos de aprendizagem na utilização de materiais escritos, com a exclusão quase absoluta dos saberes práticos transmitidos por via oral e empírica nos processos de aprendizagem. Esta situação tem óbvias consequências no sucesso escolar — facto que realçava fortemente dos relatos dos jovens.

— *“(...) o Português não serviu de muito . O Português ensinou-me a corrigir o meu Português .*

P — Que mal é que tinha o teu Português ?

R — Prontos ... não era assim um Português correcto, embora não seja ainda, mas já está melhor. (Maria)

— *Existe uma contradição entre o mercado de trabalho local e as competências fornecidas pela escola.*

Quem prossegue a escolaridade abandona as zonas rurais em direcção aos centros urbanos de maior dimensão; quem abandona a escolaridade fica, mas dependente de empregos precários e pouco qualificados. Assim a escola pouco ou nada contribui para o desenvolvimento local das zonas rurais, agravando a sua dependência e desertificação. A construção de projectos educativos com autarquias e associações da comunidade é praticamente nula, tornando impossível descobrir quais os contributos da escola para tentar inverter este estado de coisas.

— *A escola não participa na estruturação dos projectos de vida das famílias e jovens.*

O contributo da escola limita-se, na generalidade, ao fornecimento das informações curriculares, deixando às famílias e jovens a tarefa de as mobilizarem de forma adequada. Esta prática tem, como é óbvio, consequências desvantajosas para os jovens originários de famílias menos escolarizadas, aqueles que demonstram maiores problemas em se organizar para ultrapassar as pequenas e grandes dificuldades quotidianas das aprendizagens .

3º desencontro:

Entre a lógica centralizada de organização e gestão dos recursos humanos e a necessidade de estabilidade e continuidade pedagógica :

— *O sucesso escolar exige estabilidade e continuidade pedagógica ao longo do tempo.*

Esta necessidade é contrariada pela lógica metropolitana e centralizada de funcionamento do ministério da educação que promove a flutuação dos professores pelo território. A Azambuja funciona como região “escada-rolante”, local por onde os professores menos qualificados têm que passar para poderem ascender às escolas mais próximas das suas zonas de residência ou do centro de Lisboa. Há dificuldades em fixar os professores efectivos, sendo anualmente substituídos por contratados, geralmente pouco qualificados pedagogicamente (muitas vezes mesmo academicamente). A localização da Azambuja na periferia exterior da Área Metropolitana de Lisboa, forçando os professores a longas e dispendiosas deslocações, promove o absentismo, da mesma forma que as colocações precárias favorecem o desinvestimento profissional. Terminadas as aulas, geralmente assiste-se à debandada para Lisboa, para tentar chegar a horas aceitáveis de descansar para recomeçar no dia seguinte.

Como consequência as escolas vivem sem projectos pedagógicos ou raramente têm conseguido levar a cabo aqueles que organizam. Geralmente ficam a meio, trocados no início de cada ano por outros que os novos professores consideram mais interessantes.

A exterioridade da escola em relação ao meio acaba por não ser apenas uma questão simbólica, ela assume também a faceta da ausência física dos professores das comunidades em que leccionam. *Não têm acessos, não têm transportes, (...) e as autarquias querem assumir responsabilidades mas não têm meios — como posso explicar que não haja ali uma residencial para os professores? Não pode ser! (Presidente da Câmara)*

4º desencontro:

Entre os objectivos educativos e as condições materiais disponibilizadas para os alcançar :

— *As condições materiais das escolas são deficientes.*

Uma delas é mesmo um caso extremo de degradação: o material didáctico é reduzido e pouco adaptado, dando as escolas uma imagem de acentuado despojamento. De assinalar que mesmo as escolas recém-construídas padecem à partida de problemas neste campo — os espaços estão estruturados de forma que dificulta a concretização das novas exigências criadas pela reforma, as obras continuam pelo ano lectivo dentro, etc.

— *As condições de acesso às escolas são penalizantes da frequência da escolaridade.*

Localização das escolas em lugares pouco acessíveis (sendo mesmo um das situações de marcado isolamento), lugares de origem dos alunos marcados pela dispersão geográfica (implicando deslocações prolongadas em autocarros escolares que nem sempre funcionam da melhor forma nem primam pela frequência) contribuem para que a acessibilidade seja um obstáculo ao prosseguimento da escolaridade.

Conseguimos, depois de um esforço tremendo, pôr a carreira de regresso de maneira a que os moços não ficassem mais de duas horas à espera de transporte. Estávamos todos satisfeitos e agora há pouco tempo fomos sabedores que a carreira passou a ser outra vez às 6h. 10m. Isto fazem as coisas e não contactam ninguém; ora toda a gente anda preocupada em tentar ocupar os moços não os deixando andar por todo o lado e assim facilita-se, não sei porquê... (PJF 7)

— *A reduzidíssima comunicação entre autarquias e escolas provoca a desarticulação na utilização dos fracos recursos locais.*

A colaboração resume-se a pequenas reparações nos edifícios ou a apoios a visitas de estudo, notando-se, no entanto, diferenças no respeitante aos vários ciclos de escolaridade.

A Junta só tem relações com as escolas primárias, com as outras nem sequer houve a troca de um ofício. (PJF 4)

Conclusão

É no encontro destes desencontros que o abandono surge como solução para situações que escapam entre as teias dos normativos respeitantes ao cumprimento da escolaridade obrigatória e para as quais a escola não encontra soluções adaptadas. Os meios rurais são pobres, os pais pouco instruídos, mas será que isto significa que não há responsabilidade da escola pelas aprendizagens destas crianças e destes jovens, nem a nível da escolaridade obrigatória?

Um dos problemas da actualidade educativa consiste, precisamente, na análise da natureza da relação da escola com essa realidade, diversa e desigual, constituída por alunos, famílias, instituições e organismos locais.

A invisibilidade do fenómeno dentro dos próprios estabelecimentos escolares é a outra face da tolerância demonstrada pelas famílias perante as dificuldades que as crianças demonstram e que as levam a abandonar.

Nesta pesquisa descobrimos actores distantes e desconhecendo-se mutuamente. As responsabilidades educativas aparecem diluídas, sendo as causas dos problemas atribuídas aos outros actores, num jogo em que cada um aparenta ter esgotado as suas capacidades para alterar a situação.

Só a consciência de pertença a uma mesma comunidade de interesses permitirá quebrar este quadro de incomunicação e contribuir para que o cumprimento da escolaridade obrigatória possa contribuir para promover o desenvolvimento local.

[1] Escola Superior Educação de Santarém, CIES/ISCTE

[2] Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho, CIES/ISCTE

[3] Esta pesquisa foi iniciada e desenvolvida no âmbito do Programa Educação Para Todos e contou, nas suas duas primeiras fases, com a coordenação e decisivo contributo de Ana Benavente. Os resultados da primeira fase encontram-se publicados em *Renunciar à Escola. O abandono escolar no ensino básico*, Fim de Século, Lisboa, 1994; os da segunda fase em relatório entregue ao PEPT.